

/ PALAVRA DO LEITOR



Tributação

“Carga tributária é a gênese do subdesenvolvimento brasileiro”, diz o economista gaúcho Ricardo Hingel (Jornal do Comércio, edição de 22/06/2026). A indústria de pequeno porte está agonizando. Se não mudar algo urgentemente, começarão as demissões. (Alexsandro de Souza)

Tributação II

O Brasil vive em meio à insegurança jurídica, somada a uma das maiores cargas tributárias do mundo. Como o País vai se desenvolver? (Marcus Perez)

Tributação III

Venham viver na Europa para ver se vão reclamar da carga tributária brasileira. Pode-se até argumentar que o retorno é maior para a população, e até concordo. Mas aqui, paga-se infinitamente mais do que no Brasil. (Phill Dummer)

Transpetro

A Transpetro, empresa do Sistema Petrobras, assinou um contrato com Estaleiro Rio Grande, para a construção de quatro navios de médio porte da classe MR1 (Medium Range), no valor total de US\$ 427 milhões (JC, 18/06/2026). Espero que os ministérios façam uma espécie de relato do dia a dia dos gastos dos impostos que a população paga, mostrando por exemplo a localização e o avanço das obras para que possamos cobrar. (Jadir Freire)

Transpetro II

Essa notícia me fez lembrar da Sete Brasil, criada para construir navios sondas e quase faliu a Petros. (Emanuel Batista)

Acessibilidade na Ufrgs

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) foi condenada pela 6ª Vara Federal de Porto Alegre a cumprir três regimes de acessibilidade para se adequar às normas de acessibilidade da instituição, com prioridade de adaptação nos campi Centro, do Vale e Olímpico (JC, 09/06/2026). Espero que seja realizada uma ampla obra de acessibilidade, pois diversos estudantes com os quais tive contato não tinham Plano Educacional Individualizado (PEI) e muito menos aulas adaptadas às suas necessidades específicas. (Paulo Napar)

Na coluna Palavra do Leitor, os textos devem ter, no máximo, 500 caracteres, podendo ser sintetizados. Os artigos, no máximo, 2300 caracteres, com espaço. É necessário indicar no título do e-mail se é “Artigo” ou “Palavra do Leitor”. Os artigos e cartas publicados com assinatura são de responsabilidade dos autores e não traduzem a opinião do jornal. A sua divulgação, dentro da possibilidade do espaço disponível, obedece ao propósito de estimular o debate de interesse da sociedade e o de refletir as diversas tendências.

/ ARTIGOS

O desenvolvimento em perigo

Telmo Aparício Silveira

A estabilidade jurídica e o respeito à livre iniciativa são os pilares de qualquer sociedade próspera. No entanto, o cenário brasileiro atual revela uma distorção alarmante: a crescente e indevida interferência de agentes do Ministério Público em negócios privados. O que deveria ser uma salvaguarda da lei transformou-se, em diversos episódios, em um verdadeiro sequestro da instituição por visões de ordem estritamente particular e ideológica, desalinhadas da realidade e dos anseios da sociedade civil.

A indignação de associações e entidades de classe, estampada em recentes notas públicas nos principais jornais, não é um clamor isolado; é o reflexo de um setor produtivo exausto. Assiste-se, com frequência incômoda, à utilização da robusta estrutura pública como escritório para cruzadas pessoais. Agentes públicos, extrapolando suas atribuições regimentais, legais e constitucionais, passam a ditar como as empresas devem operar, fundamentando suas ações em argumentos desprovidos de tecnicidade e desconectados do pragmatismo econômico que rege a vida real.

O exemplo mais emblemático dessa desconexão é a recente ofensiva do MPF/RS contra o “Projeto Natureza”, um investimento da CMPC no município de Barra do Ribeiro. Estamos falando de um aporte privado de bilhões de reais para uma nova planta industrial planejada para produzir 2,5 milhões de toneladas de celulose ao

ano. Um empreendimento dessa magnitude – dos maiores da história gaúcha, gerando milhares de empregos e aperfeiçoamento na infraestrutura regional – é colocado em xeque por narrativas que ignoram o rigor dos licenciamentos técnicos já submetidos ao crivo das autoridades ambientais e regulatórias.

Quando o Ministério Público ignora a lei, laudos técnicos idôneos e a própria sociedade civil para perseguir teses dissonantes, a instituição desborda de sua função de “fiscal da lei” para atuar como força de bloqueio ideológico. Esse tipo de ativismo afugenta o capital nacional e internacional e condena municípios ao atraso econômico sob o pretexto de uma falsa moralidade jurídica.

O interesse público não pode ser confundido com convicções pessoais. O Brasil e o Rio Grande do Sul exigem que o Ministério Público retorne ao seu leito constitucional de equilíbrio e impessoalidade. É hora de restaurar a segurança jurídica que o setor produtivo e a população tanto necessitam.

Advogado, graduado pela Pucrs com especialização em Direito da Empresa e da Economia pela FGV

Estamos falando de um aporte privado de bilhões de reais para uma nova planta industrial

A indústria da Copa

Emerson Alves

A Copa do Mundo de 2026 não se decide apenas no campo, o jogo mais pesado acontece fora dele, e quem está ganhando essa partida é a indústria. Enquanto o torcedor acompanha o gol, o dribble e a defesa milagrosa, uma operação global movimentada até US\$ 41 bilhões, gera cerca de 185 mil empregos e adiciona US\$ 17,2 bilhões ao PIB dos Estados Unidos, uma escala que não cabe no placar.

Para um Estado exportador, estar conectado ao mundo é condição para continuar em campo

A maior Copa da história, com 48 seleções, 104 partidas e três países-sede, funciona como uma linha de produção distribuída pelo mundo, cada jogo é a etapa final de um processo que começa muito antes do apito inicial.

Antes de chegar ao pé do atacante, a bola passou por engenharia e testes, o uniforme cruzou cadeias globais, o estádio é resultado de planejamento, máquinas e materiais. Nada ali é improvisado, tudo é projeto, execução e controle.

O espetáculo depende de uma infraestrutura invisível, satélites, cabos submarinos, data centers e computação em nuvem entram em campo

junto com os jogadores. A inteligência artificial analisa desempenho em tempo real e o VAR decide lances com base em precisão e processamento instantâneo.

Se o futebol fosse traduzido em linguagem industrial, a Copa seria um sistema integrado de alta performance. E é por isso que o evento diz tanto sobre a indústria. O que está em jogo não é só produzir, mas coordenar operações, integrar tecnologia, responder rápido e operar em escala global.

O paralelo com o Rio Grande do Sul é direto. Com base industrial diversificada, o Estado enfrenta o mesmo campeonato da competitividade global. Quem não investe em inovação, produtividade e digitalização fica para trás.

Há ainda um fator decisivo, gente. Sem formação, não há competitividade. Sem profissionais qualificados, não há indústria do futuro.

A Copa também mostra que ninguém joga sozinho. O torneio conecta empresas e países em cadeias globais de valor. Para um Estado exportador, estar conectado ao mundo deixou de ser estratégia, é condição para continuar em campo.

No fim, o gol é só o resultado. O que define quem vence é tudo o que acontece antes, planejamento, tecnologia, execução e pessoas. A indústria não aparece no replay, mas sem ela não existe jogo.

Jornalista